

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Vem aí a Arrozbrás



A título de baratear o arroz, o governo, tomado de saudade do controle artificial de preços nos anos 80, vai importar o produto e vendê-lo, com sua logomarca, diretamente nos supermercados

O Brasil vai importar 1 milhão de toneladas de arroz para vender o produto diretamente nos supermercados, a preços tabelados e subsidiados, em uma embalagem própria com a logomarca do governo federal. Poderia ser a principal notícia de um jornal publicado na década de 1980 – época em que se tentava conter a inflação desmentada por meio da mágica do controle de preços –, mas foi a manchete do *Estado* na última terça-feira.

Essa incrível volta ao passado é mais uma realização do presidente Lula da Sil-

va. O petista disse que ficou “nervoso” e “um pouco irritado” com o avanço dos preços do arroz nos supermercados e resolveu agir intempestivamente para evitar que as cheias no Rio Grande do Sul esvaziassem as prateleiras dos mercados. “Arroz e feijão é uma coisa que nós, brasileiros, não sabemos e não queremos abrir mão”, disse Lula da Silva.

Como se sabe, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz e responde por 70% do abastecimento nacional, e havia o receio de que o caos que se instalou no Sul poderia afetar a safra e levar os preços do produto às alturas. Nada disso se

materializou. A escassez de arroz nas gondolas foi algo momentâneo, fruto do pânico de parte da população, das barreiras em estradas e das dificuldades para emissão de notas fiscais no auge das inundações. Todas as questões já foram sanadas, razão pela qual os preços já começaram a recuar.

Ademais, quase toda a safra gaúcha já havia sido colhida antes das chuvas, e a própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já havia apontado que a produção deste ano iria superar a do ano passado em mais de 600 mil toneladas. Havia excedente, inclusive, para exportar o grão para outros mercados.

Mas o governo federal, movido por voluntarismo e interesses eleitorais, não poderia permanecer inerte. Nas últimas semanas, editou várias medidas provisórias para fazer da crise uma oportunidade política. Destinou R\$ 6,7 bilhões à Conab e autorizou a estatal, pela primeira vez em sua história, a fazer a operação completa – desde a importação de arroz até a venda do produto diretamente aos supermercados.

Com essa decisão tresloucada, o Executivo conseguiu o oposto do que queria. De imediato, os preços do arroz dispararam 30% por culpa do próprio governo, que elevou artificialmente a demanda do produto ao anunciar que faria leilões públicos para comprar o equivalente a 10% do consumo anual brasileiro.

Incapaz de reconhecer o nexo causal entre uma coisa e outra, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, acusou os países do Mercosul de especular com a tragédia, gerando um incidente internacional completamente dispensável com o Uruguai. Irrefreável, o governo anunciou a

isenção do imposto de importação sobre o arroz produzido fora do bloco comercial até o fim deste ano, sem ao menos ter o cuidado de estabelecer uma cota.

As entidades do setor arrozeiro pediram ao Ministério da Agricultura que revisse suas decisões, mas o apelo não comoveu o governo, a despeito dos prováveis efeitos negativos para os produtores gaúchos.

Zerar a alíquota de importação e anunciar leilões públicos sem cota já seria suficiente para desestimular plantios futuros, mas tabelar o arroz em R\$ 4 por quilo, valor inferior ao preço médio do produto, vai derrubar a rentabilidade dos produtores gaúchos, sobretudo os pequenos e médios.

Entre as várias medidas que o Executivo poderia adotar para ajudar a economia gaúcha a se recuperar, o governo parece ter escolhido as piores. Não parece ser algo acidental.

O Executivo já tinha manifestado a intenção, em meados do ano passado, de intervir nos preços de alimentos por meio da retomada da política de estoques reguladores pela Conab, como destacou o economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Antonio da Luz, em entrevista à Globonews. Como ele mesmo disse, é até cruel utilizar a tragédia gaúcha como pretexto para fazer o que já se pretendia.

Não faltará arroz no mercado, garantem os produtores gaúchos, mas falta muito pudor ao governo federal. Agora, para completar o *revival* dos anos 80, só falta mesmo convocar a população a denunciar os estabelecimentos que praticarem preços mais altos. ●

Educação errática em São Paulo

Avaliação das escolas estaduais mostra piora da educação paulista em 2023 e inspira dúvidas sobre a natureza e a eficácia das mudanças que o governo tem feito pela aprendizagem

O *Estado* mostrou esta semana que o Estado mais rico do Brasil, onde estão as melhores universidades do País e alguns dos mais renomados especialistas em educação, tem falhado gravemente na formação de seus estudantes. Os resultados da avaliação da rede estadual de São Paulo, o Saresp, demonstram que o desempenho piorou no primeiro ano da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na educação básica: a média dos alunos em 2023, nos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano), caiu dez pontos em Português e três pontos em Matemática, se comparados a 2022. Também aumentou o número de alunos nos níveis básico e abaixo do básico, considerados insuficientes, enquanto a maioria dos es-

tudantes no 9.º ano não consegue nem localizar os argumentos de um artigo de opinião nem resolver equações de 2.º grau, competências apontadas como adequadas para a série.

Ainda não é possível saber se os números desabonadores de São Paulo seguem uma tendência nacional, se são um (mau) resultado isolado ou qual o patamar relativo em relação ao restante do País. Afinal, a avaliação nacional da educação básica de 2023 ainda não foi divulgada pelo Ministério da Educação. A essa altura, no entanto, isso importa menos. É mais grave saber que, passado o vendaval da pandemia de covid-19 (quando o Brasil foi o País que mais tempo deixou as escolas fechadas, causando prejuízos incalculáveis para a aprendizagem de crianças e jovens), São Paulo não apenas não conse-

guiu voltar aos padrões pré-pandemia, como viu seus números se agravarem: por aqui, os resultados voltaram a patamares de dez anos atrás e ainda são piores do que os registrados imediatamente após a pandemia.

Como afirmaram especialistas insuspeitos ouvidos pela repórter Renata Cafardo, mesmo que outros Estados tenham piorado, São Paulo tinha a obrigação de exibir melhores números – ainda que, como conforme destacou o governo estadual, tenha havido melhora nos anos iniciais do fundamental, uma responsabilidade dos municípios. A inquietação, contudo, vai além dos números. Desde o início do atual mandato, a gestão educacional de São Paulo tem colecionado polêmicas questionáveis. Propostas singulares, de eficácia incerta e típicas de quem deseja selar uma marca própria, somam-se a simples estultices. Exemplo disso foi o empenho do secretário estadual de Educação, Renato Feder, de abolir os livros didáticos tradicionais. Comparando a sala de aula a “uma grande TV” – expressão que usou em entrevista ao *Estado*, em agosto do ano passado –, Feder pregou a sua substituição por slides em PowerPoint, convertidos numa espécie de apostila online para que os alunos se saíam bem nas provas.

Outra “marca” da gestão até aqui foi a ideia, já transformada em lei sancionada pelo governador, de instituir as esco-

las cívico-militares na rede estadual. Pelo projeto, os municípios ficam autorizados a adotar o modelo em suas próprias redes, além de permitir que policiais militares da reserva possam desenvolver “atividades extracurriculares” nas escolas. Trata-se de um agrado evidente ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao bolsonarismo, convicts que são de que a condução pedagógica militar é a mais conveniente para os jovens brasileiros. Para esses saudosos da ditadura, as escolas públicas de hoje são antros de indisciplina e incubadoras de esquerdistas, e só a rigidez militar seria capaz de pôr ordem nessa balbúrdia e instilar valores como respeito à hierarquia e à disciplina.

Em contrapartida, pouco ou nada se viu sobre outras prioridades que reconhecidamente têm efeito positivo sobre a aprendizagem, como o aumento das escolas em tempo integral, o foco na recuperação da aprendizagem abalada pela pandemia e o diálogo com professores e coordenadores das escolas públicas. Em nota, o governo estadual garante que tem realizado “mudanças importantes para melhorar o processo de aprendizagem”. Não há razão para duvidar. O problema a discutir agora é a natureza e a eficácia de tais mudanças, porque, segundo os números apresentados, a qualidade tem sido obliterada por uma estratégia que decididamente não está dando certo. ●